

A distribuição dos objetos geográficos e as suas representações espaciais

Andreino de Oliveira Campos*
andrelinocampos@uol.com.br

Resumo

A Geografia, enquanto ciência, vive dentro de eternos conflitos internalizados no seu fazer. Pensando nesta perspectiva, entendemos que todos têm a responsabilidade de buscar novas saídas. Entretanto, estas novas saídas estejam nas concepções que não foram bem compreendidas no ensino e nas pesquisas geográficas. É com este sentido, que apoiado, sobretudo na obra de Milton Santos, que retomamos os estudos dentro do campo da metodologia geográfica como uma das possibilidades de leitura do real. Neste sentido, entender a produção do espaço geográfico a partir da acepção concreto-abstrato de Santos, tendo analisando quatro categorias e conceitos que são indissociáveis: processo, estrutura, função e a forma. Contribuindo para o entendimento do movimento que o espaço e o tempo constroem a existência dos objetos geográficos.

Palavras-chave: Metodologia da Geografia; processo; estrutura; função; forma.

Introdução

Um debate que envolve a Geografia Humana e a Geografia Física deveria ser bem vindo em nossa disciplina. Entretanto, as dificuldades, ao longo do desenvolvimento da Geografia como disciplina acadêmica, sobretudo ao logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, em torno da Geografia Teórico-Quantitativa, afastou de vez as duas correntes, abrindo verdadeiros abismos teóricos. As linhas de pesquisas dificilmente estão aliadas, em função dos objetos e objetivos não se interagirem entre si, por não terem princípios comuns. Por outro lado, reafirmamos, pelo menos em decorrência dos discursos, que há necessidades prementes de um esforço teórico e metodológico para superar a dicotomia que nos jogam em campos distintos.

Nestes novos tempos, onde a valorização ambiental se faz cada vez mais presente na sociedade, acreditamos que temos uma oportunidade impar de provocar um debate, no qual, possamos superar teoricamente algumas dessas dificuldades da relação entre Geografia Física e Geografia Humana. Desta forma, o espaço social através dos objetos geográficos (naturais ou artificiais, no dizer de M. Santos), juntamente com as representações desses objetos possam dar a unidade que tanto necessitamos.

O objetivo deste ensaio é continuar a provocação teórico-metodológica em torno de vencer a dubiedade de entendimento da sociedade, onde haja espaços para que possamos vê-la como nosso único objeto de estudo, apesar dos diferentes pontos de vistas. Porém, teremos que alertar ao leitor, que no âmbito de um ensaio, não há espaço para abranger todas necessidades de esclarecimentos das categorias envolvidas. Portanto, deliberadamente, optamos em trabalhar ao nível das representações geográficas (especialmente esta) apenas com a forma e uma pequena discussão sobre estrutura.

A primeira parte deste ensaio tratará do espaço social no contexto das diversas acepções de totalidades da sociedade. Nesta parte, estaremos discutindo o espaço social sobre a ótica de diversos autores, mas, sobretudo, M. Santos, David Harvey (1980, 1993), Alain Lipietz (1988), dentre outros. Para o debate sobre totalidade, a principal fundamentação será construída tendo como base Karel Kosik (1976). Essa discussão tem muita importância, pois permite uma visão relacional da sociedade, complementando aquilo que se quer do espaço social.

A segunda parte nos ocuparemos do entendimento dos objetos geográficos através das formas e das estruturas, funções e processos espaciais, os conceitos defendidos por M. Santos, Jean-Paul Sartre, Henri Lefebvre, dentre outros autores.

A construção do espaço social como parte da totalidade

Pode-se pensar de várias maneiras o espaço, e é basicamente dele que se deve formular uma concepção correta quando se deseja compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral (HARVEY, 1980, p. 4). Entretanto, esta clareza, em quase todas escolas do pensamento geográfico, fica restringida pelo simples fato de que há uma “naturalização” do conceito, como bem demonstra o autor quando afirma que: se tomarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”¹ com uma existência independente da matéria (p. 4).

Mesmo em sua concepção social, a discussão é muito complexa, pois, ao longo da história, vários foram os entendimentos legados pelas várias escolas geográficas como aponta Corrêa (1995, pp.15-35). Da Geografia tradicional — doravante denominada clássica — à geografia crítica, a importância e as abordagens se multiplicaram, deixando um rastro de dúvidas, onde os mais diferentes autores de diferentes matizes buscam jogar luz para torná-lo, cada vez mais, explícito. Neste sentido, Corrêa apoiado em Hartshorne, destaca que, há uma associação entre a concepção de espaço absoluto e a visão idiográfica da realidade, na qual em uma dada área estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais. É como se cada porção de espaço absoluto fosse o *locus* de uma combinação única (unicidade) em relação à qual não se poderia conceber generalizações, nenhuma lei universal precisa ser considerada senão a lei geral da geografia de que todas as suas áreas são únicas (p. 19).

O espaço, em uma abordagem crítica, é considerado como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica (Santos, 1988, p. 1). Para

Corrêa, apoiado em Lefebvre, o espaço é entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social. Esse não deve ser visto como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções, nem como um produto da sociedade, ponto de reunião dos objetos produzidos², o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional (CORRÊA, 1995, p. 25).

Para Alain Lipietz, o espaço social, diferente da concepção lefebvriana, é essencialmente econômico. Segundo ele (LIPIETZ, 1988, p.23), “o espaço social ou econômico é um “concreto-do-pensamento”, que reproduz no pensamento a realidade social na sua dimensão espacial.³ Avalia ainda o autor que o espaço sócio-econômico concreto pode ser analisado em termos de articulação das espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias dos diferentes modos de produção presentes na formação social. É preciso compreender bem que o espaço sócio-econômico concreto se apresenta, ao mesmo tempo, como articulação dos espaços (econômico e jurídico), como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais e, enquanto espaço concreto já dado, como um espaço um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações.

A sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre já dado, herdado do passado (Ibid., p. 24-25). Essa concepção leva o autor a afirmar que “...a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre já dado, herdado do passado” (Ibid., p.25). Neste sentido, Lipietz compreende que toda relação, toda prática social se inscreve em uma totalidade concreta sempre já dada, que a determina como sua condição de existência, condição que, à medida que ela é material, tem uma dimensão espacial. Podemos dizer que o espaço social é um “momento” da reprodução social e é neste sentido que o espaço social em si é um reflexo das relações sociais. Este espaço em si é fundamento objetivo do espaço empirista, coespacial a si, onde se “desenrolam”, se “inscrevem”, se “desenvolvem” etc. as relações sociais (Ibid., p. 26).

Parece-nos que o autor não leva em consideração outros elementos que perpassam as relações entre sociedade e espaço, complicando-se ao pensar na possibilidade apenas da herança recebida, como se fora uma naturalização do espaço. Esse se torna concreto (dotado de materialidade) sem que haja uma mediação da abstração dessa categoria e o mundo das coisas.

Contudo, Harvey (1980) se insurge contra esta perspectiva economicista do espaço, que o transforma diretamente em concreto-do-pensamento, como pensa Lipietz. Harvey observa que, o espaço gerou, ou uma estrutura regional (por um processo que deve ser suposto mais do que entendido) para qual poderiam ser aplicadas determinadas estruturas imaginadas para o nível nacional, ou então gerou meramente, custos de transporte que poderiam ser substituídos, em lugar de outros envolvidos no processo de produção. O espaço era simplesmente uma variável numa estrutura conceitual imaginada primitivamente para análise econômica a-espacial. Os cientistas e economistas regionais ainda demonstram predileção em considerar a economia e desconhecer o espaço (HARVEY, 1980, p. 16).

Como a concepção do espaço da sociedade necessita de intermediação entre as categorias sociológicas e espaciais, Harvey propõe que entendamos que a teoria geral da cidade deva relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume (HARVEY, 1980, p. 14). Neste sentido, o autor pensa que se justifica a construção de uma ponte entre aqueles que possuem a imaginação sociológica e os imbuídos de uma consciência espacial ou imaginação geográfica pode ser útil à compreensão do espaço social. Assim, apoiado em Wright C. Mills, Harvey define imaginação sociológica como alguma coisa que possibilita seu possuidor a entender o mais amplo cenário histórico em termos de seu significado para a vida interna e a atividade externa de uma variedade de indivíduos.

O primeiro fruto dessa imaginação é a idéia de que o indivíduo pode entender sua própria experiência e medir seu próprio destino, somente localizando a si mesmo dentro de seu tempo; de que ele pode conhecer suas próprias possibilidades na vida somente se tornando consciente das de todos os indivíduos nas suas circunstâncias. Por trás do uso da imaginação sociológica há sempre a urgência em conhecer o significado histórico e social do indivíduo na sociedade e no período no qual ele tem sua existência e seu ser. Esse caráter individual e ao mesmo tempo relacional da imaginação sociológica, nos coloca frente a uma situação abstrata, possibilitando o seu entendimento no campo da inter-subjetividade criadora de símbolos e fixadores de valores ao longo do tempo. A dimensão espacial existente na consciência sociológica, o autor defende que não há como contrastar a imaginação sociológica à consciência espacial (HARVEY, 1980, p. 14).

Assim, a imaginação geográfica, segundo Harvey, habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia, a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu entorno, e a reconhecer como as transações são afetadas pelo espaço que os separa. Isto conduz a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território. Isto leva a julgar a importância dos acontecimentos em outros lugares, a encarar e a usar, criativamente, o espaço, e apreciar o significado das formas espaciais criadas pelos outros. O autor arremata, de maneira muito interessante, apontado que a distinção entre as imaginações geográficas e sociológicas é artificial quando a relacionamos aos problemas da cidade, sendo bastante real ao examinarmos os modos através dos quais pensamos a cidade (HARVEY, 1980, p.15).

As imaginações geográficas e sociológicas podem ser percebidas quando se aponta o espaço como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade, baseada fundamentalmente na formação sócio-espacial, onde a sociedade se torna concreta através de seu espaço, do espaço que produz. Essa concreticidade referida pelos autores encontra eco na concepção realista de espaço em Santos (1996, p. 6) quando diz que: o espaço pode ser definido como um conjunto indissociável de sistema de objetos (instrumento do trabalho) e de sistema de ações (práticas sociais)⁴. Modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos por uma lógica unitária. Observa Harvey, que cada forma de atividade social define seu espaço. Daí, termos o conceito geográfico de espaço sócio-econômico, o conceito espaço pessoal dos psicólogos e antropólogos. A articulação de uma filosofia adequada de espaço social é uma necessidade primária se desejamos entender a forma espacial da cidade e, já que, somente podemos entender o espaço social relacionando-o a alguma atividade social (HARVEY, 1980, p.22).

Ao considerar o espaço social como resultado de uma atividade, abrindo maior possibilidade de que aquela apresentada por Lipietz, Harvey não incorpora a paisagem em sua análise Assim transforma a problemática, trocando apenas a flecha de direção. Ao invés de aceitar a determinação ambiental proposta pelos geógrafos clássicos ou a determinação econômica, ele troca pela determinação da *atividade*, considerando a única capaz de possibilitar a construção do espaço social.

A construção do espaço social, então, necessita ser compreendida de maneira mais “holística”, para usar uma expressão comum aos ambientalistas, onde um dado espaço urbano e a rede urbana possam ser explicados e compreendidos dialeticamente: um nível de análise é aquele referente ao espaço ou rede em si, pois, é justamente nesta dimensão que podemos encontrar as diferenças que vão apontar que cidade ou rede “A” é diferente de “B”. Porém, se pensamos em esgotar as possibilidades nesta dimensão, estaremos uma vez mais, como explica Kosik (1976), tomando a coisa pela coisa, não levando em consideração a sua interatividade. Portanto, será necessário para que possamos obter uma análise mais coerente com os propósitos da sociedade, considerar o espaço e a rede urbana como parte de uma totalidade maior, sem desvincular a possibilidade deles serem entendidos em suas particularidades, mas, colocando-os sobre determinação da totalidade maior: a sociedade.

A contribuição de M. L. de Souza (1995, 1997) torna-se importante, na medida que ele entende que o espaço social é, primeiramente, ou em sua dimensão material e objetiva um produto da transformação da natureza (do espaço natural: solo, rios, montanhas, as cavernas etc.) pelo trabalho social⁵. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente construído, modelado, embora um grau muito variado de intervenção e alteração pelo homem, das mínimas modificações introduzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (impactos ambientais fracos) até um “ambiente construído” e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (fortíssimo impacto sobre o ambiente natural). Não é um espaço abstrato, mas um concreto, um espaço geográfico criado nos marcos de uma determinada sociedade (SOUZA, 1997, p.22).

Ainda segundo o autor, é preciso compreender o espaço para além de sua dimensão objetiva, pois ela também, ao longo da análise, limita o seu entendimento. Postula o autor, ao tecer outras considerações sobre o conceito em tela que, como qualquer realidade social, o espaço não é uma instância apenas objetiva; sua objetividade é também lida de forma (inter) subjetivamente, sua materialidade é dotada de significações específicas para cada indivíduo (subjetivamente), mas que são, também, em certa medida, compartilhadas por vários indivíduos $\frac{3}{4}$ intersubjetividade. Esta é o palco material e objetivo das relações sociais, o espaço, no contexto da experiência de sujeitos cognoscentes organizados em sociedade, é certa medida, “construído” (inter)subjetivamente: bairros, região, “terra natal” e pátria (SOUZA, 1997, p.22-23)

Das três concepções escolhidas de espaço social para esta discussão, duas são fundamentais: 1. a “atividade” que, de certa maneira, é o fator determinante do espaço social em Harvey, e 2. o fator econômico que determina a concepção de espaço construído. Para Lipietz, as duas concepções fornecem um novo sentido à concepção material do espaço social. Para atender essa necessidade teórica, Souza

pensa que um espaço natural, ainda que não propriamente transformado por um dado grupo, pode ser já considerado “social” a partir do momento em que, na mira de um projeto de colonização, ou pelo contrário, protegido como reserva biológica, parque natural etc., foi já apropriado por um projeto social, passando a ser objeto de uma leitura determinada e recebendo uma finalidade (e sendo mapeado, enquadrado). Assim, não apenas o trabalho (a atividade), que produz materialmente o espaço social, “socializa” o espaço natural; as representações deste são, em si, já uma forma de desnaturalização, ao significarem a sua captura pelo imaginário de uma sociedade e uma forma ou um projeto de apropriação (SOUZA, 1997, p.23). Aceitamos a posição do autor, pois elimina tanto a determinação econômica quanto a determinação vista a partir da atividade. Desta maneira, como defende o autor, a construção do espaço social é fundamentalmente uma questão relacional, onde os objetos geográficos, exteriorizados pelas formas geográficas ganham funcionalidades de acordo com o interesse e o desenvolvimento técnico de cada sociedade. Por certo, um e outro para se constituírem parte do real depende do tempo (processo), combinam e formam a estrutura. Neste sentido, grosso modo, a reunião desses elementos forma uma unidade singular: a totalidade.

O espaço social e o debate sobre as formas geográficas

O espaço social constituído a partir de um sistema relacional, onde as materialidades são formadas pelos objetos geográficos que constituem em totalidades diversas, como espaço urbano, espaço agrário, que podem, ao mesmo tempo ser subdivididas em totalidades menores, como uma cidade, um bairro, uma reserva florestal, um campo de trigo, de soja etc. Os objetos geográficos entendidos aqui, segundo a percepção de Milton Santos, como os elementos formais da estruturas, constituem a forma-conteúdo pelos quais a sociedade ordenará o espaço, dando-lhe significado ao qual interessa aos diferentes segmentos sociais (SANTOS, 1988, p.50).

Precisamos então tecer algumas considerações sobre a categoria principal que englobam todas as outras, a totalidade, com a qual poderemos entender melhor a distribuição desses objetos geográficos e seus desdobramentos no espaço social.

Quando se pensa, por exemplo, em objetos geográficos urbanos, antes, estamos nos referindo aos objetos que “naturalizamos” como pertencentes à cidade, mas que são também distribuídos no espaço agrário. Neste sentido, Henri Lefebvre considera que o tecido urbano, não designa, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza”. Enquanto o aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residências ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de bairros urbanizados (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Estas são, sem dúvidas, dimensões diferentes da totalidade.

Escreve Karel Kosik, que a dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa (KOSIK, 1976, p.9). Como a coisa só tem sua representação no real pela qual distinguimos a sua aparência, não podemos a partir dela entender os processos que lhe dão sentido. Para o autor, a realidade se apresenta como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato-utilitário com as coisas o indivíduo em questão cria as suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (Ibid., p.10).

Todavia, ressalta o autor, a existência do “real” — que reproduzem imediatamente na mente daqueles que realizam uma determinada *praxis* histórica, como conjunto de representações ou categorias de “pensamento comum” — é diferente e muitas vezes absolutamente contraditória com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa e, portanto, com seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente. Por isso, a *praxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e a realidade. A *praxis* de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é *praxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes (ou *fração delas*) e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue (KOSIK, 1976, p.10).

Devemos, então, ter em conta que os elementos do real são contidos por uma totalidade (LEFEBVRE, 1971:162-3), porém não devemos nos ater a sua constatação enquanto aparência, pois essa não revela o seu processo histórico, a relação de interdependência onde estão emersas.

A totalidade como uma categoria representa o real, englobando outras partes; outras instâncias sociais. Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção e assim por diante (KOSIK, 1976, p.33-34).

Constatamos na essência da totalidade uma contradição em que resultam os entendimentos distintos do real. Se por um lado, observamos uma diferença fundamental entre a opinião dos que consideram a realidade como uma totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação (Kosik, 1976, p.34), por outro lado, tem-se a posição dos que afirmam que o conhecimento humano pode ou não atingir a “totalidade” dos aspectos e dos fatos, isto é, das propriedades, das coisas, das relações e dos processos da realidade. Neste caso, a realidade é entendida como um conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento humano não pode jamais, por princípio, abranger todos os fatos $\frac{3}{4}$ pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos posteriores $\frac{3}{4}$ a tese da concreticidade ou da totalidade é considerada uma mística (p.34).

Na realidade, a totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido (p.35).

Neste sentido, apoiado em Santos (1979a), pode-se dizer que a organização do espaço social é parte do discurso do Estado (o qual pode representar um todo estruturado), significando muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas. Pode-se estabelecer, a princípio, que essa organização do espaço social além do significado que ela impõe aos objetos geográficos, altera-os, (re)significando-os, possibilitando então a construção de uma nova visão sobre o espaço urbano, que entende-se como parte do espaço social. Visto desta maneira, pensa-se que a nova aparência imposta à cidade leva os habitantes a uma praxis diferenciada imposta pelos novos significados que os objetos geográficos adquirem ao longo do tempo.

Qualquer totalidade espacial tem em seus objetos geográficos a sua materialidade a qual podemos observar a partir de nossas percepções. Na cidade, os prédios, o arruamento, os automóveis e caminhões, os relevos de altitudes positivas ou negativas, os monumentos, e todos os demais elementos que compõem a paisagem pertencem à totalidade imanente do espaço social e em particular os seus desdobramentos, lidos no real como lugar, território etc. O conjunto ou parte desta totalidade fixa valores, abre acesso ou impede a circulação de indivíduos pelo espaço, como, por exemplo, as favelas cariocas pertencem a uma totalidade: o espaço urbano carioca, mas, por outro lado, representa uma “excrecência” à medida que o acesso, de certa maneira, é restringido de acordo com os códigos e signos difundidos tanto por parte daqueles que tem suas as práticas sociais ligadas a esse espaço, quanto por aqueles que se encontram no entorno, que pensam as favelas segundo seus valores e códigos de condutas, ou seja, nos termos, por exemplo, definidos por Harvey por ocasião da imaginação sociológica acima exposta. A restrição aqui não pode ser vista apenas pela forma geográfica através dos objetos que configuram o espaço favelado, mas também pelos valores difundidos por aqueles que não vivem nas favelas. Da mesma maneira, podemos pensar os espaços públicos de uso privado, onde a circulação é excludente. Essa excludência por certo não encontra amparo nas normas que regem a conduta da sociedade, mas tanto os que tentam impedir quanto os impedidos lêem como fronteiras construídas em cima de um imaginário coletivo que foge as normas ou legislação estabelecida.

O jogo entre os objetos geográficos e as suas formas como representações espaciais

A forma espacial da cidade significa, [na primeira aproximação conceitual], a localização de objetos, tais como casas, utensílios, rede de transporte etc., e políticas destinadas a afetar os processos sociais que existem na cidade $\frac{3}{4}$ isto é, as estruturas sociais e as atividades que interligam pessoas, que ligam organizações a pessoas, oportunidades de empregos a trabalhadores ou a pessoas desempregadas, beneficiárias da assistência social aos serviços correspondentes⁶ (Harvey, 1980, p.39). Entre o “jogo” estabelecido dos objetos geográficos e suas formas nos dá a dimensão do real, ao qual estamos ligados em nossas práticas cotidianas. Neste sentido, conhecendo a forma, apenas pela sua impressão aparente,

não atingimos os seus movimentos, mas apenas continuamos com a rigidez do objeto, ou seja, damos apenas com a sua aparência, sem nenhum movimento. Como se sabe que entre a concretude da matéria e a essência da mesma não há possibilidade da ligação direta, então entre ambas são necessárias as intermediações que possa deixar iluminada este movimento para dentro, que é realizado pela forma.

As representações criadas, a partir do objeto, não devem ser a mesma entre os diversos grupos sociais presentes em dada sociedade. A diferença se põe de acordo com os valores e os signos fixados que são atribuídos aos objetos, como os monumentos responsáveis pela fixação de valores culturais, mas que precisam para a sua realização plena a fixação no espaço. Desta maneira, entende Jean-Paul Sartre, que ao tentar explicar uma das características da imagem – leitura do real –, pela qual mediamos o real e o seu conceito, o objeto torna-se correlativo de um certo ato sintético, que compreende, entre suas estruturas, um certo saber uma certa “intenção” ao interpretar o real. A intenção está no centro da consciência: é ela que visa o objeto, isto é, que o constitui pelo que ele é (SARTRE, 1996, p. 25). Então, quando a imagem do objeto é levada à consciência e há um reconhecimento dele como parte do real, então os valores também são trazidos a tona. Este movimento pode ser manifestado no campo individual e também na dimensão do coletivo. Tal movimento, segundo ainda o autor, se caracteriza quando produzo em mim a imagem de igreja, é a igreja que é o objeto de minha consciência atual. Enquanto essa consciência permanecer inalterada, eu poderei muito bem dar uma descrição do objeto tal qual ele aparece como imagem para mim, mas não da imagem enquanto imagem (enquanto igreja). É preciso recorrer a um novo ato de consciência: é preciso *refletir* (p.15). Se pudermos entender esta alegoria e estendê-la no sentido de ampliar a compreensão melhor do espaço social e de suas várias possibilidades, podemos então, pensar que os objetos geográficos ao serem vislumbrados em sua aparente fixidez no espaço não representam ainda o real, mas a aparência do que podemos perceber. Este raciocínio pode ser estendido para todos os objetos geográficos, porque, acreditamos, será a “coisa em si”, mas não deve ser a “coisa verdadeira”, ou seja, a essência. Os objetos geográficos são “fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar” (SANTOS, 1996b, p.50), porém não podem determinar a sua própria transformação.

Para iluminar o embate entre o objeto e a sua representação (a forma), Sartre, apoiado em Descartes, vai entender que uma consciência reflexiva nos entrega dados absolutamente certos; o homem que, num ato de reflexão, toma consciência de “ter uma imagem” não poderia se enganar. De fato, a confusão é impossível: o que se convencionou chamar “imagem” dar-se imediatamente como tal à reflexão. Mas não se trata aqui de uma revelação metafísica e inefável. Se essas consciências se distinguem imediatamente de todas as outras, é porque se apresentam à reflexão com certas marcas, certas características que determinam logo um julgamento, “Eu tenho uma imagem”. O ato de reflexão possui, portanto, um conteúdo imediatamente certo que chamaremos de essência da imagem. Essa essência é a mesma para qualquer homem; a primeira tarefa do pesquisador é explicitá-la, descrevê-la, fixá-la⁷ (SARTRE, 1996, p.15-6).

A discussão que tentamos gerar para compreendermos o objeto em estudo, se apoia em Santos (1988, 1996^a, 1996b, 2001). Uma primeira distinção apontada por ele diz respeito à proposta de alguns autores em separar o objeto das coisas. Enquanto estas são produtos de uma elaboração natural, os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho (SANTOS, 1996b, p. 52). Porém, Jacques Monod (1974) tem uma opinião reservada sobre essa classificação: “a diferença entre objetos naturais e artificiais aparece sem ambigüidade para todos nós”. É assim que às “rochas, montanhas, rios, e nuvens”, opõe-se a “uma faca, um lenço, um automóvel”, de um lado objetos naturais e de outro lado artefatos. Como a natureza é objetiva e não prospectiva, as coisas não podem ter propósito nem projeto. Mas, ainda, Monod nos pede que analisemos essas idéias para chegarmos à conclusão de que tais julgamentos não são imediatos, nem estritamente objetivos (MONOD apud SANTOS, 1996b, p.52-53).

A imagem e a reflexão sobre a imagem têm a mesma correspondência da natureza objetiva e a prospecção, que, de certa maneira, encontra em Santos o ponto de equilíbrio quando escreve que a classificação mais intuitiva entre objetos e coisas está cada vez mais ligada aos objetos tomam o lugar das coisas. No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais em coisas e, ironicamente, é próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza dando a esta um valor (SARTRE, 1996, p.53). Assim, Santos concluiu que, o objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultra-

passa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo. Neste sentido, há uma aproximação com Sartre, que lembra que o objeto é tudo aquilo que pode dirigir a nossa consciência (p.54). Ainda segundo Santos, a complexidade dos objetos aparece em dois níveis, como complexidade funcional ou como complexidade estrutural (MOLES, 1971 apud SANTOS, 1996, p.56).

Seria necessário entendermos um pouco mais sobre o objeto no âmbito da Geografia, ou seja, o objeto geográfico. Para tanto, continuamos a recorrer à obra de Milton Santos, que nos ensina: para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetivos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (SANTOS, 1996b, p.59). O autor considera que o espaço dos geógrafos (espaço social) leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção, sem isso, cada objeto não faz sentido.

O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistema e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu combinado pelos grupos humanos que os criam ou que herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico (como os monumentos erguidos em determinada cidade), mas, geralmente, é também funcional (p.59-60). Um shopping-center, que através dos signos difundidos, acaba sendo um fator restritivo para determinada camada da população, desta feita, torna-se funcional no sentido de que servirá como um fragmentador espacial, onde uns serão mais aceitos pelos valores correlatos aos seus, que são encontrados tanto no interior da própria estrutura comercial como na forma apresentada pela sua exterioridade. É uma barreira de cunho social, um desdobramento das relações entre classes.

Santos questiona, será mesmo indispensável sair à procura de materialidade a que, com exclusividade, definiríamos como objetos geográficos, para bem circunscrever um objeto para a Geografia? O autor acredita que a questão não é ontológica, mas está contextualizada em uma construção epistemológica de um objeto de pensamento, a partir da província da experiência que nos interessa. (SANTOS, 1996b, p. 62)

A partir dos questionamentos de Santos, perguntamos: o objeto geográfico tem a mesma representatividade para todas as sociedades? Por certo, sabemos que não. O amadurecimento tecnológico e as intencionalidades demonstraram que cada grupo social poderá entender diferentemente a existência destes objetos, ou seja, a sua representatividade será diferenciada dentro de cada grupo social e, também de uma sociedade para outra. Contudo, não podemos atribuir esta diferenciação com relação à percepção do objeto ao próprio objeto, mas de acordo com a representação do objeto, ou seja, a forma geográfica.

Agora, talvez, seja o momento de trabalharmos no intuito de entendermos objeto em um determinado conjunto, individualizando um dado espaço social. Como os fixos (objetos geográficos) permitem ações que modificam o próprio lugar (sistema de ações), e os fixos são resultado direto ou indireto das ações (intencionalidades) e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 1988, 1996a, 1996b).

Os objetos geográficos e as suas formas no contexto do espaço social

Os objetos naturais e os artificiais, pensados inicialmente como coisas que estão fixas em determinado espaço social que tem a sua realização plena no espaço urbano, estão organizados de acordo com o espaço apropriado por cada grupo social. Diz-se que, a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 1996b, p.51). O conjunto dos objetos naturais e artificiais, tomados em dado espaço social, nos conduz a pensar em um sistema de objetos interagindo com sistema de ações, resultado da reflexão que podemos fazer sobre o sistema de objeto.

Os sistemas de objetos e os sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma (que veremos mais adiante) como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996b, p.52).

Cabe uma reflexão entre aquilo que M. Santos vem chamando de sistema de objetos e as considerações sobre o mesmo tema por Marilena Chaui. Escreve a autora que os objetos técnicos são criados pela ciência como instrumentos de auxílio ao trabalho humano, máquinas para dominar a Natureza e a sociedade, instrumentos de precisão para o conhecimento científico e, sobretudo, em sua forma contemporânea, como autômatos. Estes são objetos técnico-tecnológicos por excelência, porque possuem as seguintes características: são conhecimentos científicos objetivados, possuem em si mesmos o princípio de sua regulamentação, manutenção e transformação. Como consequência, não é propriamente um objeto singular ou individual, mas um *sistema de objetos* interligados por comandos recíprocos (CHAUÍ, 1995, p. 284-285). Ainda justifica a autora, esses objetos técnicos são sistemas que, uma vez programados, realizam operações técnicas complexas, que modificam os conteúdos dos próprios conhecimentos científicos (idem, p.285).

Obviamente, M. Santos em nenhum momento sugere que a técnica incorporada ao objeto se faça de maneira direta, mas é possível interligar o seu sistema de objeto e sistema de ações ao entendimento de Chaui, buscando compreender qual é a extensão da técnica na configuração espacial.

O espaço social, se entendermos como uma determinação relacional, como em Souza (1997), estrutura-se de acordo com o sistema de objetos geográficos que são fixados nos territórios. Será mais complexa aquela sociedade onde os objetos geográficos deterem maior incorporação de técnicas resultantes do saber acumulado ou da intencionalidade proporcionada pelos investimentos imaginados com tal propósito, nos termos pensados por Santos (1988, 1994, 1994a, 1996b, 2001), por exemplo.

O espaço social neste sentido ganha uma amplitude que o eleva a uma das totalidades possíveis para entendermos a sociedade, qualquer sociedade. Desta feita, o objeto geográfico é um elemento de suma importância para que possamos analisar o grau de transformação sócio-espacial verificada ao longo da história de um determinado grupo social. Podemos, no primeiro momento, ligar esta transformação à incorporação de técnicas aos objetos geográficos e, fundamentalmente, as representações decorrentes deles.

A forma, de maneira geral, é o limite exterior da matéria de que são constituídos um corpo e que confere a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular. Mas essa definição não guarda a historicidade que os diversos grupos sociais têm sobre ela. Isto, porque ela não é a coisa em si, porém, o resultado da reflexão ou da prospecção que temos sobre o objeto. Procurando entender esta categoria, Marx ao buscar a essência da mercadoria, começa pela sua exterioridade, na sua característica que pertence à natureza. O autor escreve que, as mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como o ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural que estamos habituados. Elas são mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objeto de uso e simultaneamente portador de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor (MARX, 1983, p.53)

A mercadoria, como todos os outros objetos, não pode ser explicada pela sua aparência, como o linho, o ferro, o trigo, como são apontados pelo senso comum, mas pela sua representação que transcendem do real. Ainda segundo o autor, em direta oposição ao palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanecerá imperceptível (MARX, 1983, p.54).

Como podemos perceber, Marx nos indica que a mercadoria como um objeto não perde sua objetividade em si, pois como coisa não pode ser explicada por sua própria existência, mas mediada pela forma, ou seja, entre o real (aparente) e a abstração, o conceito sobre a coisa (essência), há necessidade de alguma mediação.

Por outro lado, na opinião de Massimo Quaini, Marx só entende a forma se enquadrada em seu movimento histórico, tendo em vista os modos de produção. Escreve esse autor, que Marx con-

ferre à relação social de escravidão não se configura como um modo de produção autônomo, mas como uma forma social secundária, um resultado necessário e conseqüente da comunidade, mesmo quando falsificada e modificada as formas primitivas de todas as comunidades e até se tornar a sua base (QUAINI, 1979, p.102).

A forma ganha um sentido mais amplo, constituindo totalidades, onde há fixação de valores no interior de cada modo de produção, que por sua vez, são responsáveis pela representação do real através dos objetos e pelas técnicas presentes em cada momento histórico. O problema aqui é a universalização da forma, a qual nestes termos merece a rejeição de Santos (1996b). Os lugares apesar da sua universalização, pois pertencem ao mundo, não podem ser reconhecidos pelos atributos que são impostos por esta mesma universalização. Mas, por outro lado, poderão ser reconhecidos pela configuração e pelas práticas sociais particulares de cada um dos lugares.

Os objetos geográficos, elementos formais das estruturas, constituem a forma-conteúdo pelos quais a sociedade ordenará o espaço, dando-lhe significado ao qual interessa aos diferentes segmentos sociais. Entretanto, a forma não existe sem está enquadrada em um processo, que por sua vez, só poderá ser completado pela função que as formas exercem sobre o real. A forma, representada pelos objetos geográficos, é a parte visível de uma coisa, como já vimos anteriormente. Segundo M. Santos, a forma refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Se tomado isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. A forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas (SANTOS, 1988, p.50-51).

Quando Santos se refere que, em geral, esquecemos que as formas não devem ser analisadas apenas pelo seu presente, mas incorporá-las com as significações passadas, parece-nos que ele sugere um movimento, onde a saída do real para a abstração da coisa nos leva a forma, pois é ressaltada a temporalidade e, simultaneamente, cria a possibilidade de desvincular do objeto em si, ou seja, da coisa em si, da sua representação. Este fato possibilita pensar objeto em seu movimento para dentro, em busca da sua essência.

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração de processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico (tempo), dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realizações da formação social quanto das características do sítio. Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um de seus momentos (SANTOS, 1979a, p.16). Como o objeto perde o sentido em si mesmo, ele necessita interagir com outros objetos em determinado espaço em busca de unicidade, diferenciando-se de outras interações colocadas em outros espaços, ou melhor, de outros lugares para que possa ser identificado como uma única possibilidade possível de configuração espacial carregada de signos.

É possível olhar a forma espacial de uma cidade como determinante básica do comportamento humano. Esse "determinismo espacial é uma hipótese de trabalho daqueles planejadores físicos que buscam promover uma nova ordem social pela manipulação do ambiente espacial da cidade (HARVEY, 1993, p. 34). A forma espacial tem função mais específica e mais duradoura. Para tanto o autor nos lembra que a cidade como um todo, mesmo a versão amorfa moderna, ainda possui a qualidade simbólica. Não é acidental que a cúpula da igreja e da capela pairam sobre Oxford (uma cidade criada na era do poder eclesiástico), enquanto, na era do capitalismo monopolista, são os edifícios Chrysler e o do Banco Chase, em Manhattan, que pairam sobre a ilha de Manhattan (p.22). No entendimento de Harvey, só é possível um avanço na análise do espaço, sobretudo do espaço social, se pudermos compreender as qualidades simbólicas dos objetos espacialmente e temporalmente localizados.

Em sua síntese sobre a relação entre objeto e sua representação, Corrêa apoiado em M. Santos escreve que a forma é o aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja

considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas. Ressalta-se que a forma não pode ser considerada em si mesma (da mesma maneira que ocorre com o objeto), onde Santos (1996b) vislumbra-o contido em sistema de objetos, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia de que não é possuidora. Se o fizermos, estaremos deslocando a forma para a esfera da geometria, linguagem da forma, caindo em um espacialismo estéril. Por outro lado, ao considerarmos isoladamente a forma espacial aprenderíamos apenas a aparência, abandonando a essência e as relações entre esta e aparência (CORRÊA, 1995, p. 28).

O espaço social é apropriado em diversas escalas, onde são construídos os mais diferentes territórios. No âmbito da Geografia clássica era admitida apenas a possibilidade da justaposição territorial, onde a lógica do Estado era a conquista e manutenção do seu território. Neste sentido, para que pudesse existir um território era necessário reconhecer e ser reconhecido pelos demais Estados. Porém, nos dias de hoje, além da lógica anterior, a superposição territorial é uma realidade conceitualmente aceita, onde o território é um espaço (social) definido e delimitado por e a partir de relações de poder ou, dito de maneira mais precisa, um “campo de força” concernente a relações de poder espacialmente delimitada e operada sobre um substrato (espaço matéria) referencial onde vários grupos constroem seus territórios de acordo com os seus interesses e força política de cada um (SOUZA, 1995, 1997).

Algumas considerações

Entendemos que o sistema de objetos e o sistema de ações em conjunto com o espaço social podem ser instrumentos poderosos para possibilitar a Geografia Física e a Geografia Humana vincularem os seus campos de especificidades em busca de métodos que sejam comuns estes dois fragmentos de disciplina. Sabemos de todas as dificuldades, mas por outro lado, não podemos nos furtar de provocar discussões dentro do que entendemos como a melhor possibilidade de avançar teórico-metodologicamente.

A Geografia, como já pensava Bernardo Varenius⁸ no século XVII, deve ser abordada como uma, pois não tem sentido continuarmos as disputas teóricas para uma Geografia Humana sobrepujar a Geografia Física e, nem essa, aquela. Para finalizar, um outro argumento fundamental consiste no fato de que para o graduando em Geografia, seja em sua modalidade de licenciatura ou bacharelado, os que destinam ao magistério do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana perde o sentido diante das amplas preocupações do ensino dessa ciência.

Notas

*Doutorando em Geografia, pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), Departamento de Geografia /UFRJ; Professor Assistente da UERJ/FFP—São Gonçalo.

1. Grifado no original.
2. O termo objeto será utilizado apenas como mais uma palavra, mas, no momento que considerarmos adequado empreenderemos uma discussão conceitual.
3. O destaque é do próprio autor.
4. Práticas sociais tem o mesmo sentido explicitado por R. L. Corrêa, como as ações espaciais que resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência, esta que está ancorada nos padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciada (1995,p. 35). Veja ainda Corrêa (1992, 2000).
5. A nossa preocupação é metodológica, no sentido que há necessidade de ultrapassagem da compartimentação, cada vez maior entre a Geografia Física e Humana. Sabemos que a tradição, em geral, adquire força que não se rompe apenas com a intenção, porém, o debate em torno do espaço social abre esta possibilidade de discussão de uma geografia comprometida com a sociedade e muito menos com os anseios de cada pesquisador envolvida em suas pesquisas.

6. Nesta perspectiva, não podemos considerar que a forma, apesar de confundir, às vezes, com o próprio objeto, que ela possa deter materialidade, pois o a oportunidade, o desemprego, por exemplo, não pertencem ao concreto-do-pensamento, não passam de abstração do real.
7. Destaque no original. Nesse, o autor faz referência única e exclusivamente ao trabalho de psicólogos. Entretanto, pensamos que ao vislumbrar um dado objeto geográfico temos a primeira leitura que não deverá ser a definitiva, mas deverá ser perpassada por valores que construímos ao longo da vida. Isso nos leva a uma reflexão e posteriormente à essência.
8. Citado por Manoel Correia de ANDRADE (1987, p.45)

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Corria. *Geografia: ciência da Sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de et. al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 15-47.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 1999.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARX, Karl. *O Capital - Coleção os Economistas*. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983/1890.
- QUAINI, Massimo, *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. In: SANTOS, Milton. *Economia espacial, críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, p.153-167, 1979.
- _____. *Espaço & método*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996a.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996b.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, M. Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário*. São Paulo: Ática, 1996.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et. al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a, p. 78-116 .
- _____. Algumas considerações sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território*. Numero 3. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ – Garamond, 1997, p. 14-35.

Abstract

The Geography, as a science, live inside of eternal conflicts inner its create. Thinking in this perspective, perceive that all has the responsibility of looking for new way out. Meanwhile, these news way out should be in the conceptions that, for one reason or other, it was not well comprehended along its history. With this meaning, supported, especially in Milton Santos, which is retaken in studies of the field of the methodology of Geography as one possibility of the real reading. In this meaning, understand the production of the geographical space, from it acception real abstract having as an internal logical the four nun-distinctive moments: process, structure, function and form, as the way to understanding the movement of that space and time built in the existence of the geographical objects.

Key words: methodology of Geography; process; structure; function; form.